



portalbenews.com.br

HUB Gestão de portos e aeroportos provoca bate-boca virtual entre João Amoedo e Márcio França ▶p3

OPINIÃO Advogada Gislaíne Heredia aborda a eterna questão do treinamento do trabalhador portuário ▶p8



Divulgação/Cadu Gomes



“Vamos ter um grande programa de exportação”

Vice-presidente e ministro vai a lançamento de frente parlamentar de portos e aeroportos e diz que a ideia é fazer o Brasil financiar as vendas para o exterior ▶p3

Martelo batido em SP: Via Appia arremata Trecho Norte do Rodoanel

Rogério Cassimiro/Governo do Estado de SP



Leilão foi realizado após guerra de liminares. Governador Tarcísio diz que rodovias do estado terão sistema free flow ▶p5

VOA, BRASIL França diz que Gol e Azul aceitam participar e evita polêmica com Lula ▶p4

CEARÁ Navio da Marinha segue para pesquisas sobre extensão de área marítima ▶p6

PORTUGAL Terminal do Porto de Setúbal dá início à movimentação de cereais ▶p7

EDITORIAL

O leilão do Trecho Norte do Rodoanel

Após disputas judiciais de última hora, o Governo do Estado de São Paulo conseguiu leiloar o Trecho Norte do Rodoanel. A sessão ocorreu nessa terça-feira, dia 14, na sede da B3, na capital paulista, e teve a Via Appia FIP Infraestrutura como vencedora. A concorrente ofereceu 100% de desconto sobre os R\$ 51,4 milhões de contraprestações da administração estadual e um desconto de 23,1% no aporte público previsto de R\$ 1,4 bilhão.

A concessão terá validade de 31 anos, com um volume de investimentos de R\$ 3,4 bilhões, incluindo nesse total os custos com a conclusão das obras paradas. Tais aportes serão feitos pela empresa vencedora e pelo Estado. Daí um dos critérios da concorrência ser o desconto do aporte público a ser feito no empreendimento.

A última parte ainda em obras do Anel Rodoviário de São Paulo terá 44 km de extensão no eixo principal, três a quatro faixas por sentido e sete túneis duplos, além de 107 obras de arte especiais entre São Paulo, Arujá e Guarulhos. E marcará a finalização da construção dessa via expressa, que interliga as principais rodovias do Estado ao redor da Grande São Paulo e, assim, facilita o transporte de cargas entre o Interior e o Litoral, onde se encontra o Porto de Santos, o principal do País. Com o empreendimento viário pronto, há a expectativa de que se reduza a circulação de 18 mil caminhões diariamente dentro da capital.

O Rodoanel de São Paulo, enfim, é uma das principais vias de acesso ao mais importante porto do Brasil, facilitando o tráfego de seus caminhões e agilizando sua logística. Com o leilão feito, fica o compromisso de que as obras necessárias para a conclusão do Trecho Norte e, com ele, de todo o anel rodoviário, sejam realizadas. Que os trabalhos tenham início logo e o complexo portuário santista ganhe, enfim, a prometida obra para agilizar o deslocamento de suas cargas pela área da Grande São Paulo. Um avanço estratégico, certamente, para o Porto de Santos, o Estado de São Paulo e a economia do Brasil.

NESTA EDIÇÃO



▲ MANCHETE

- Alckmin promete "grande programa de exportação" em lançamento de frente parlamentar

HUB

- Gestão de portos e aeroportos provoca bate-boca virtual entre João Amoedo e Márcio França

NACIONAL

- Comissões no Senado aprovam convites a ministros

França diz que Gol e Azul aceitam participar do "Voa, Brasil" e evita polêmica com Lula

REGIÃO SUDESTE

- Via Appia arremata Trecho Norte do Rodoanel de São Paulo

Fila de caminhões provoca congestionamento em rodovia de SP

REGIÃO NORTE E NORDESTE

- Navio da Marinha segue rumo ao Ceará para pesquisas sobre extensão de área marítima

REGIÃO NORDESTE

- Mineradora assina contrato com Pecém para exportar minério de ferro

REGIÃO NORTE

- Nova composição do Conselho de Administração da Suframa é definida

PORTUGAL

- Terminal do Porto de Setúbal começa a movimentar cereais

OPINIÃO

- "A eterna questão do treinamento do trabalhador portuário", por Gislaíne Heredia

portalbenews.com.br



Sede
Alameda Campinas, 802, 6º andar,
São Paulo, São Paulo
01404-200, BR

Sucursal Brasília
SRTVS Quadra 701, bloco O, nº 110
Edifício Multiempresarial, sala 520, Bairro Asa Sul
Brasília, Distrito Federal
70340-000, BR

Sucursal Santos
Rua Brás Cubas, 37, Sala 11
Santos, São Paulo
11013-919, BR

Diretor-presidente
Fabrício Julião

Diretor-superintendente
Marcio Delfim

Diretora Administrativo-financeira
Jaclyara Lima

Diretor de Redação
Leopoldo Figueiredo

Editor
Alexandre Fernandes

Equipe de reportagem
Cássio Lyra, Janaína Paiva, Marília Sena e Vanessa Pimentel

Diretora de Arte
Mônica Petroni Mathias

Assistente de Arte
Paulo José Ribeiro

FALE COM A GENTE

ATENDIMENTO AO LEITOR

Se você quer perguntar, sugerir pautas ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas, escreva um e-mail para atendimento@portalbenews.com.br

INSCREVA-SE

Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News. Para isso, inscreva-se em www.portalbenews.com.br

PUBLICIDADE

Maurício Almeida | (11) 99554-4282
mauricio.almeida@portalbenews.com.br

Margrethe Wallau | (11) 99786-1655
megwallau@portalbenews.com.br



Pelas redes 1

O ex-presidente do Partido Novo João Amoedo e o ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, tiveram uma troca de tweets “acalorada” entre a noite da última terça-feira, dia 13, e a manhã de ontem, dia 14. Inicialmente, Amoedo escreveu que França defenderia que “o Estado administre aeroportos, o Porto de Santos continue estatal, as companhias aéreas ofereçam passagens baratas à custa de outros passageiros”. E complementou: “Eu defendo apenas a extinção do Ministério”.

Pelas redes 2

Ainda na terça-feira, faltando poucos minutos para a meia-noite, o ministro respondeu. Disse ser falso que defende que o Estado administre os aeroportos e que as companhias aéreas passem a oferecer passagens baratas à custa de outros passageiros - o programa Voa Brasil, anunciado por França no último domingo, prevê que as companhias reduzam os preços dos assentos que tradicionalmente ficam ociosos durante os voos, de modo a incentivar sua comercialização. E sobre o Porto de Santos continuar como estatal, afirmou que defende tal medida. Por fim, desafio Amoedo: “Gostaria que você publicasse onde, no mundo, viu um exemplo de porto privado bem sucedido?”

Pelas redes 3

A resposta do ex-presidente do Novo veio na manhã de ontem: “Ministro, fico feliz que tenha revisto sua posição sobre a privatização dos aeroportos. Quanto ao exemplo de porto privado bem sucedido, cito um brasileiro: o Porto Itapoá, em SC”.

Pelas redes 4

Em operação desde junho de 2011, o Porto Itapoá é um dos principais terminais de contêineres privados do País. Ele fechou o ano passado com 885.822 TEU (unidade equivalente a um contêiner de 20 pés), registrando um aumento de 14,28% sobre o total obtido em 2021. O resultado engloba apenas os contêineres cheios e considera uma única vez os utilizados em operações de transbordo (que são descarregados de um navio para posterior embarque em outro). Se somados os vazios e os transbordos forem contados em cada movimento, a soma chega a 950.512 TEU. Itapoá também se destaca na inovação. Ele será o primeiro terminal portuário da América do Sul a operar RTGs (guindastes móveis sob pneus) por controle remoto.

Alckmin promete “grande programa de exportação” em lançamento de frente parlamentar

Objetivo, segundo o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, é que o Brasil financie as vendas para o exterior

Divulgação/Cadu Gomes



Segundo Alckmin, o programa de exportação uma das medidas para o setor que podem ser discutidas pela frente parlamentar

MARÍLIA SENA
redacao@portalbenews.com.br

O DEPUTADO COORDENADOR DA FRENTE PARLAMENTAR, PAULO ALEXANDRE BARBOSA, DISSE QUE UMA DAS AGENDAS PRIMORDIAIS É “COLOCAR O BRASIL NOVAMENTE NA CONDIÇÃO DE PROTAGONISTA NO COMÉRCIO EXTERIOR E PROMOVER A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO TRANSPORTE AÉREO”

O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin, prometeu que o Governo Federal lançará “um grande programa de exportação”. Ele foi uma das principais autoridades presentes no evento de lançamento da Frente Parlamentar de Portos e Aeroportos, na noite de ontem (14), em Brasília, e fez esse anúncio durante seu discurso.

“É ALI NA COMISSÃO TEMÁTICA QUE SE DESENVOLVE O MAIOR DEBATE, SE BUSCA A MELHOR SOLUÇÃO E SE APRIMORA A LEGISLAÇÃO PARA PODER AVANÇAR MAIS”

GERALDO ALCKMIN
vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

Alckmin citou essa como uma das medidas para o setor que podem ser discutidas pela frente parlamentar. Mesmo sem entrar em detalhes, o vice-presidente enfatizou que, no futuro, a ideia é que o Brasil financie as suas exportações. “O risco é zero porque você tem o Fundo Garantidor Exportador (FGE)”, disse Alckmin.

Ainda durante seu discurso, ele reconheceu a importância do grupo parlamentar para o setor de portos e aeroportos. “Quero abraçar os parlamentares. Um dos trabalhos mais importantes no Congresso é nas comissões [...] É ali na comissão temática que se desenvolve o maior debate, se busca a melhor solução e se aprimora a legislação para poder avançar mais”, declarou o vice-presidente e ministro.

A criação da Frente teve a assinatura de 200 parlamenta-

res no Congresso Nacional. O requerimento foi protocolado pelo deputado federal Paulo Alexandre Barbosa (PSDB-SP) que é o coordenador do colegiado.

Outra autoridade presente no lançamento da frente parlamentar foi o ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, que elogiou a iniciativa.

“Eu fico muito contente de ver essa noite aqui o Paulo Barbosa e todos os outros parlamentares, me colocar à disposição e dizer que estamos confiantes, que a economia não só vai voltar a crescer bastante como os senhores vão voltar a poder ter oportunidades cada vez melhores”, disse o ministro, que também fez um discurso durante o evento.

O deputado coordenador da frente parlamentar, Paulo Alexandre Barbosa, disse que uma das agendas primordiais

do grupo é “colocar o Brasil novamente na condição de protagonista no comércio exterior e promover a democratização do acesso ao transporte aéreo”.

Deputados, senadores e representantes do setor de portos e aeroportos também estiveram presentes no evento em Brasília. A expectativa é de que a aproximação entre parlamentares, ministros e representantes do setor possa ser uma saída para acelerar demandas da indústria e do mercado.

O cronograma das atividades da frente parlamentar ainda não foi divulgado.

“A ECONOMIA NÃO SÓ VAI VOLTAR A CRESCER BASTANTE COMO OS SENHORES VÃO VOLTAR A PODER TER OPORTUNIDADES CADA VEZ MELHORES”

MÁRCIO FRANÇA
ministro de Portos e Aeroportos

NACIONAL

Comissões no Senado aprovam convites a ministros

Objetivo dos parlamentares é que os titulares das pastas chamados apresentem o plano de trabalho para os próximos dois anos

MARÍLIA SENA
redacao@portalbenews.com.br

Desenvolvimento Regional, Waldez Góes; das cidades, Jader Filho; do Turismo, Daniela Carneiro; de Minas e Energia, Alexandre Silveira.

Ainda não há data para as audiências públicas com os ministros, mas o senador Marcelo Castro (MDB-PI), da Comissão de Desenvolvimento Regional afirmou, durante a reunião, que o ministro Renan Filho se colocou à disposição para ser o primeiro a prestar esclarecimentos sobre a sua pasta.

O plano de trabalho da Comissão de Infraestrutura foi apresentado aos membros do colegiado. O presidente, sena-

A Comissão de Infraestrutura e a Comissão de Desenvolvimento Regional aprovaram ontem (14) convites a ministros do Governo Federal para que eles apresentem o plano de trabalho das suas pastas para os próximos dois anos.

Entre eles estão o ministro dos Transportes, Renan Filho; dos Portos e Aeroportos, Márcio França; da Integração e



Roque de Sá/Agência Senado

O julgamento foi suspenso porque o ministro André Mendonça pediu vista, ou seja, mais tempo para analisar o caso



Divulgação

Confúcio Moura (MDB-RO), deixou em aberto o planejamento para que os outros senadores contribuam com o cronograma pelo prazo de sete dias.

Eleito no último dia 8 para

O ministro dos Transportes, Renan Filho, se colocou à disposição para ser o primeiro a prestar esclarecimentos sobre a sua pasta, segundo o senador Marcelo Castro

presidir a Comissão de Infraestrutura no biênio 2023-2024, Confúcio disse na semana passada ao **BE News** que entre os seus planos à frente do colegiado está convocar audiências públicas para debater as demandas do setor.

“Vou promover audiências públicas com o objetivo de esclarecer a todos os membros e dar o devido destino aos

projetos que virão”, declarou.

O parlamentar lembrou a importância da Comissão e se comprometeu a dar celeridade às discussões do colegiado. Segundo ele, os projetos encaminhados aos parlamentares não devem demorar para entrar na pauta da Infraestrutura. “O ideal é que as coisas andem bem mais rápido do que antes”, disse.

França diz que Gol e Azul aceitam participar do “Voa, Brasil” e evita polêmica com Lula

Presidente teria reprovado atitude do ministro de Aeroportos de anunciar o programa à imprensa, sem o aval da Casa Civil

MARÍLIA SENA
redacao@portalbenews.com.br

O ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, afirmou que as companhias aéreas Gol e Azul aceitaram participar do programa “Voa Brasil” que vai oferecer passagens aéreas por R\$ 200 a funcionários públicos, estudantes e aposentados que tenham renda de até R\$ 6.800.

“Elas estão formatando as ideias sobre como elas vão fazer isso, pelo menos duas toparam já: a Gol e a Azul. Tenho certeza que a Latam também vai topa, porque é muito bom”, disse França.

Segundo ele, a ideia do projeto partiu das próprias companhias aéreas. A Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear), que representa as empresas, não confirmou a fala do ministro e disse que “está acompanhando a proposta do



Divulgação/Sérgio Francês

Márcio França participou do evento de lançamento da Frente Parlamentar de Portos e Aeroportos em Brasília

governo para o plano de passagens aéreas” e tem se colocado à disposição para contribuir.

Em reunião ministerial na manhã de ontem (14), o presi-

dente Luiz Inácio Lula da Silva chamou a atenção dos ministros para que todas as ideias só sejam anunciadas após passarem pelo crivo da Casa Civil e da

equipe econômica do governo.

A bronca de Lula foi após Márcio França anunciar o programa “Voa, Brasil” para a imprensa. Questionado se a ad-

vertência foi de fato dirigida a ele, o ministro disse que o presidente “Lula nunca erra, ele está sempre certo”.

França disse isso em conversa com jornalistas, ao chegar para o evento de lançamento da Frente Parlamentar de Portos e Aeroportos, ontem à noite, em Brasília. “É uma coisa de tanto impacto positivo que realmente seria bom que a Casa Civil tivesse participado mesmo”, disse em relação à proposta.

Lula não citou nomes durante a sua fala, mas o discurso foi entendido entre interlocutores do Palácio do Planalto como um recado contra o anúncio de França.

“Todas as propostas de ministros deverão ser transformadas em propostas de governo, e só serão transformadas em proposta de governo quando todo mundo souber o que vai ser decidido”, afirmou o presidente.

REGIÃO SUDESTE

Via Appia arremata Trecho Norte do Rodoanel de São Paulo

Após guerra de liminares, Governo Estadual conseguiu realizar o leilão na sede da B3

CÁSSIO LYRA
redacao@portalbenews.com.br

A Via Appia FIP Infraestrutura foi a grande vencedora do leilão do Trecho Norte do Rodoanel de São Paulo. A solenidade ocorreu ontem (14) na sede da B3, na capital paulista.

Ao todo, quatro empresas entregaram propostas de interesse para a concessão da obra. Os principais critérios para definir a vencedora da licitação foram o maior desconto sobre a contraprestação pecuniária máxima, ou seja o desconto sobre o valor a ser pago pelo estado, e o maior desconto sobre o aporte público.

De acordo com o edital, a contraprestação é de R\$51.413.114,00. Já o aporte público foi de pouco mais de R\$1,4 bilhão.

Tanto a Via Appia quanto o concorrente Consórcio Infraestrutura ofereceram 100% de desconto sobre os R\$ 51 milhões das contraprestações do governo. Na segunda parte do leilão, a Via Appia ofereceu 23,10% de desconto sobre o aporte público em investimentos.

Também participaram do leilão as empresas Consórcio SP Flow e a Acciona Concession e Sociedad Limitada.

De acordo com o Governo do Estado, a concessão será de 31 anos e terá um total de investimentos previstos na ordem de R\$ 3,4 bilhões, que já inclui a conclusão das obras paradas.

Com 44 km de extensão no eixo principal, três a quatro faixas por sentido e sete túneis duplos, o trecho Norte do Rodoanel terá ainda 107 obras de arte especiais entre São Paulo, Arujá e Guarulhos. A expectativa

é que se reduza a circulação de 18 mil caminhões diariamente dentro da capital paulista.

O Trecho Norte é a última parte do Anel Rodoviário Mário Covas, círculo viário construído ao redor da Grande São Paulo, oferecendo aos motoristas uma via expressa entre o Litoral e o Interior sem a necessidade de passar pela Capital. Nesse cenário, o empreendimento é estratégico ao Porto de Santos, ao agilizar e facilitar o transporte de cargas entre seus terminais, na Baixada Santista, e as demais regiões.

Decisão judicial

Na noite que antecedeu a realização do leilão, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) suspendeu o leilão após atender um pedido da Associação Brasileira de Usuários de Rodovias Sob Concessão (Usuvias).

De acordo com a juíza

Simone Casoretti, embora tenham sido realizadas audiência e consulta públicas sobre a licitação do Trecho Norte, em 28 de maio e em 30 de junho do ano passado, "que contaram com ampla divulgação e 'considerável participação de interessados' e "que todas as contribuições foram analisadas por diversos técnicos e equipes multidisciplinares do Governo do Estado de São Paulo", houve alteração do modelo jurídico da concessão, que passou de comum - regulada pela Lei nº 8987/85 - para patrocinada ou parceria público-privada (PPP). E com essa mudança, houve a

inclusão de uma "contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado".

Entretanto, em decisão tomada à 0h30 de ontem, o presidente do TJ-SP, desembargador Ricardo Anafe, acatou um pedido do Governo de São Paulo e liberou a realização do leilão.

O leilão do Trecho Norte já havia sofrido uma série de atrasos para a sua concessão. Primeiro, ocorreria em abril de 2022, mas foi adiado por falta de interessados. Na gestão do governador Rodrigo Garcia (PSDB), a cerimônia foi remarcada para janeiro deste ano, mas houve novo adiamento.

Rogério Cassimiro/Governo do Estado de SP



Tarcísio celebra leilão e garante free flow em todo o estado

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), esteve presente no leilão do Trecho Norte do Rodoanel e participou do ato simbólico de bater o martelo para ratificar o arremate.

Como fazia quando era ministro da Infraestrutura, ele bateu o martelo com força e até quebrou o símbolo da B3 no

balcão.

O governador celebrou a realização do leilão do Rodoanel, tido como uma prioridade de seu mandato.

"Durante a campanha falamos que não dava pra admitir uma obra parada e dissemos que iríamos concluir o Rodoanel. Tínhamos total confiança de fazer rápido o leilão,

para ter condição de cumprir e estar com a obra pronta em 2026".

Tarcísio também disse que não só no Trecho Norte, mas em todo o estado será implementado o sistema free flow, em que o pedágio é cobrado de forma automática e sem catraca e é proporcional aos quilômetros rodados.

Fila de caminhões provoca congestionamento em rodovia de SP

Houve grande fluxo de veículos em direção ao Ecopátio, no Parque Industrial de Cubatão

CÁSSIO LYRA
redacao@portalbenews.com.br

A Rodovia Cônego Domênico Rangoni, uma das vias que ligam a capital paulista ao Litoral, apresentou congestionamento durante toda a manhã e uma parte da tarde de ontem (14). O motivo foi o grande fluxo de caminhões que acessam o Eco-

pátio, localizado no Parque Industrial de Cubatão.

Pouco antes das 9h começaram a surgir os primeiros registros de lentidão na altura do km 267.

Segundo a Ecovias, concessionária que administra o Sistema Anchieta-Imigrantes, o congestionamento chegou a alcançar 5 km, quando houve um maior contingente de caminhões que tentavam acessar o pátio.

Durante a tarde, o número de veículos diminuiu, deixando o congestionamento em 1 km durante boa parte do tempo.

O Ecopátio, localizado em Cubatão, é o principal pátio regulador de caminhões do Porto de Santos. O local possui 443 mil m² de área operacional. Desses, 325 mil m² são destinados ao atendimento dos veículos de carga que acessam o cais santista.

Acidente com morte

Mais cedo, durante a madrugada, mas no km 4 da rodovia, um motociclista morreu em um acidente envolvendo duas carretas.

De acordo com informações da Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp), o motociclista fazia escolta de uma das carretas quando foi atropelado e prensado entre os dois veículos.

De acordo com a Polícia Militar Rodoviária, a vítima tinha aproximadamente 50 anos e teve a morte constatada no local. Um dos motoristas da carreta teve ferimentos leves e foi encaminhado a uma unidade de saúde.

Houve interdição parcial no trecho do acidente, mas a Artesp afirmou que o tráfego foi liberado após a retirada dos veículos envolvidos no acidente.

REGIÃO NORTE E NORDESTE

Navio da Marinha segue rumo ao Ceará para pesquisas sobre extensão de área marítima

Tripulação realiza estudos para subsidiar demanda do Brasil em relação ao tamanho da área marítima em que o País tem soberania

Divulgação/Marinha do Brasil

VANESSA PIMENTEL
vanessa@portalbenews.com.br

O navio hidroceanográfico Cruzeiro do Sul, da Marinha, partiu ontem (14) do Porto de Belém (PA), e segue para escalas em Fortaleza (CE) e Natal (RN), até o retorno à base, em Niterói (RJ), no dia 20 de abril. O navio carrega uma tripulação que realiza pesquisas em apoio ao Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (Leplac).

O objetivo deste programa é determinar a área marítima onde o Brasil pode exercer direitos de soberania para a exploração dos recursos naturais do leito e do subsolo marinho, além do limite de 200 milhas náuticas (cerca de 370 quilômetros a partir da costa).

Durante a viagem, a embarcação irá coletar dados de batimetria (medição de profundidade de massas de água) e de sísmica rasa (caracterização de feições de fundo e subsolo marinho) para reforçar a identificação da base do talude, em especial nas regiões do Pará-



O Cruzeiro do Sul tem uma tripulação de 66 militares e capacidade de receber 16 pesquisadores, que contribuem para o desenvolvimento das atividades de pesquisa no mar

Maranhão e na Cadeia Norte Brasileira.

Isso porque a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar permite que os países ampliem seus limites marítimos, desde que apresentem estudos que comprovem a extensão de sua plataforma continental. A regra consiste em determinar, a partir da definição da profundidade do mar e da espessura de sedimento, até onde existe o prolongamento natural da parte

continental submersa.

O Cruzeiro do Sul tem uma tripulação de 66 militares e capacidade de receber 16 pesquisadores, que contribuem para o desenvolvimento das atividades de pesquisa no mar.

O comandante do navio Cruzeiro do Sul, responsável pela missão, Claudio Luiz Pereira Batista, explicou que o trabalho de determinar limites será um legado para as gerações futuras, já que permitirá ao Brasil a exploração dessas regiões

submersas.

“Assim como os Bandeirantes, antigamente, fizeram a expansão para o oeste, em busca de riquezas, e definiram as fronteiras a oeste do Brasil, nós estamos em uma fase de determinação do limite exterior da nossa última fronteira, a leste do Brasil, além das 200 milhas náuticas”, disse o comandante.

Histórico

Com 7,4 mil quilômetros de

O OBJETIVO DO PROGRAMA É DETERMINAR A ÁREA MARÍTIMA ONDE O BRASIL PODE EXERCER DIREITOS DE SOBERANIA PARA A EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

costa, o Brasil tem sob sua jurisdição, 3,5 milhões de quilômetros quadrados de espaço marítimo – área que somente o país pode explorar economicamente, nomeada de Amazônia Azul.

Nessa região estão as reservas de pré-sal, gás natural e pescado, além de ser rota do transporte marítimo. Desde 2004, o Brasil reivindica junto à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLCS, sigla em inglês) a extensão dos direitos econômicos sobre a faixa marítima.

Se aprovada, serão acrescidos 2,1 milhões de km², o que elevaria as dimensões do espaço marítimo nacional para 5,7 milhões de km².

REGIÃO NORDESTE

Mineradora assina contrato com Pecém para exportar minério de ferro

Serão embarcadas 240 mil toneladas do produto num período de 12 meses

Divulgação

VANESSA PIMENTEL
vanessa@portalbenews.com.br

A mineradora Globest e o Porto do Pecém (CE) assinaram um contrato que prevê a exportação de cerca de 240 mil toneladas de minério de ferro em um período de 12 meses. O início da operação está previsto para o primeiro semestre deste ano.

Para iniciar a atividade, segundo o complexo, os operadores portuários do Pecém, o Tecer Terminais e a transportadora Unilink estão preparando uma área para receber e armazenar o produto até a poste-



A MINA DA GLOBEST FICA NO MUNICÍPIO DE QUITERIANÓPOLIS, NO INTERIOR DO CEARÁ

rrior transferência para o Terminal de Múltiplas Utilidades do porto cearense, onde ocorre o embarque da carga.

A mina da Globest, instalada no município de Quiterianópolis, interior do Ceará, tem capacidade de produzir 1 milhão de toneladas de minério de ferro por ano.

O início da operação para exportar minério de ferro via Porto do Pecém está previsto para o primeiro semestre deste ano

REGIÃO NORTE

Nova composição do Conselho de Administração da Suframa é definida

Entre as responsabilidades, colegiado delibera diretrizes e projetos para a Zona Franca de Manaus

VANESSA PIMENTEL
vanessa@portalbenews.com.br

A nova composição do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus foi definida, após decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva publicado na última segunda-feira (13) no Diário Oficial da União. O colegiado tem como finalidade definir diretrizes, planos, programas, projetos e ações a serem desenvolvidos na área de atuação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

Ao todo, o Conselho é formado por 25 membros titulares: os ministros do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), que presidirá o conselho; da Agricultura e Pecuária; da Ciência, Tecnologia e Inovação; da Fazenda; da Integração e do Desenvolvimento Regional; da Pesca e Aquicultura; das Relações Exteriores; de Portos e Aeroportos; do Meio Ambiente e Mudança



Divulgação

A próxima reunião do colegiado deve contar com uma pauta estimada em aproximadamente R\$ 1,5 bilhão em novos investimentos para a região

do Clima; e dos Povos Indígenas, além de governadores e prefeitos das capitais dos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima e Amapá, do superintendente da Suframa, do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do presidente do Banco da Amazônia S.A. (Basa) e de represen-

tantes das classes produtoras e das classes trabalhadoras.

Em relação à composição anterior, a principal mudança é a inclusão do Ministério dos Povos Indígenas. As demais alterações se referem, principalmente, a ajustes nas composições dos ministérios do governo federal. O Ministério da Economia, por exemplo, deixou

de existir. Dessa forma, o Conselho passou a ter o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços na condição de presidente e, também, o Ministério da Fazenda em sua composição.

O assunto foi tratado com prioridade durante a reunião entre o ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e

EM RELAÇÃO À COMPOSIÇÃO ANTERIOR DO CONSELHO, A PRINCIPAL MUDANÇA É A INCLUSÃO DO MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS

Serviços e vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, e o superintendente interino da Suframa, Marcelo Pereira, na semana passada, em Brasília.

A publicação do decreto era um passo essencial para a realização da 308ª Reunião Ordinária do Conselho.

A expectativa é que a próxima reunião – que terá caráter especial em função da comemoração, no último dia 28, do aniversário de 56 anos da Autarquia e do modelo Zona Franca de Manaus – seja realizada ainda neste mês e conte com uma pauta estimada em aproximadamente R\$ 1,5 bilhão em novos investimentos para a região.

PORTUGAL

Terminal do Porto de Setúbal começa a movimentar cereais

Primeira operação foi registrada no mês passado

VANESSA PIMENTEL
vanessa@portalbenews.com.br

A Tersado, concessionária do Terminal Multiusos – Zona 1, no Porto de Setúbal, em Portugal, começou a movimentar cereais e a primeira descarga ocorreu no mês passado, anunciou a administração portuária em comunicado.

A carga veio pelo navio Garnett, com 180 metros de comprimento e 30 metros de largura. Ele atracou no terminal, vindo do porto ucraniano de Yuzhny, transportando a bordo 33 mil toneladas de cereais.

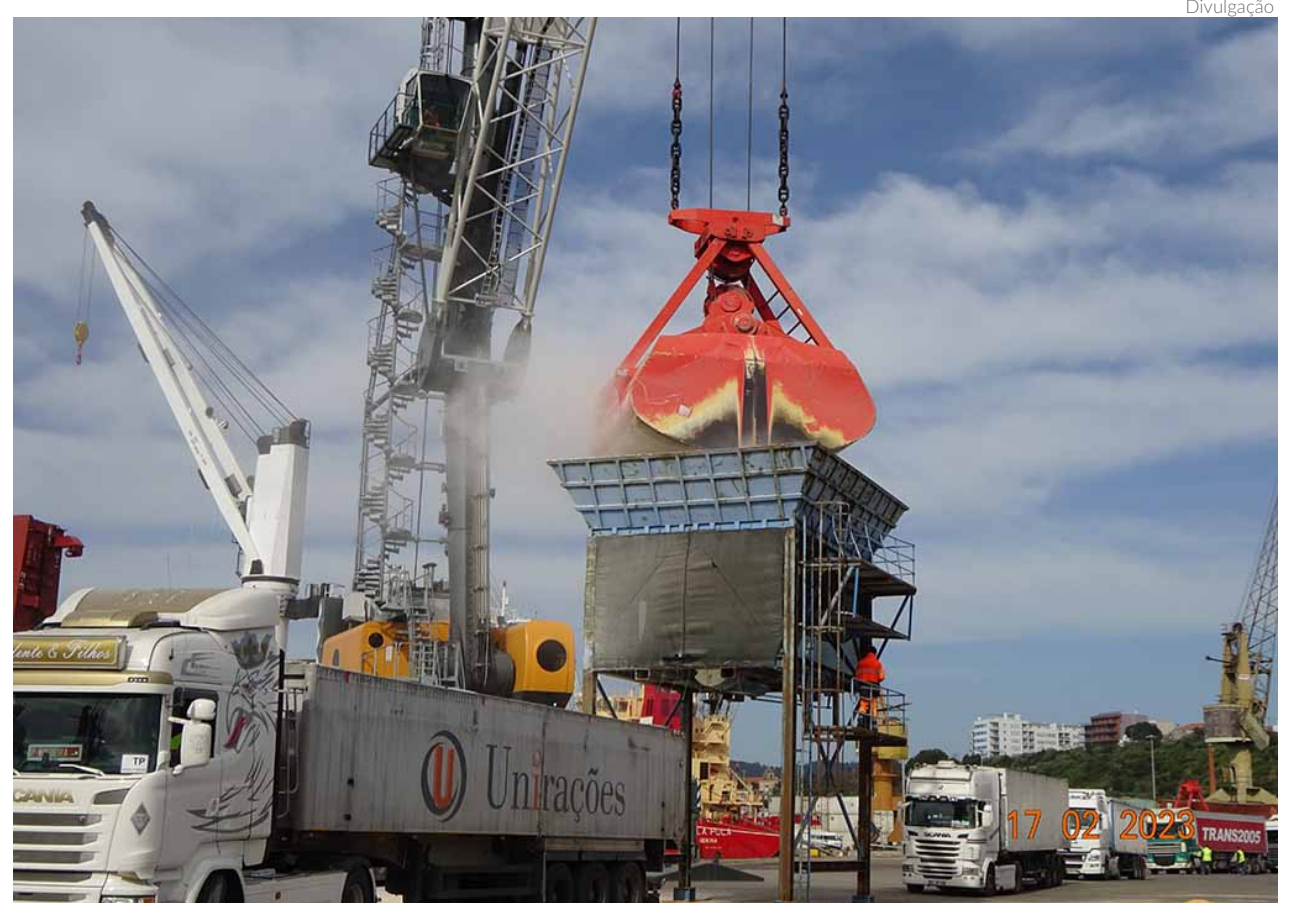
A mercadoria destina-se ao mercado nacional, em particular à zona central do país. Segundo a Autoridade Portuária (APSS) “este será apenas o pri-

A OPERAÇÃO PERMITE QUE A CARGA SEJA DESCARREGADA DIRETAMENTE NOS CAMINHÕES, O QUE EVITA A ARMAZENAGEM E DIMINUI CUSTOS

meiro de vários navios que passarão a demandar Setúbal para movimentar cereais”.

O órgão explicou que a Tersado dispõe de todos os meios para movimentar este tipo de carga, mas ressaltou que “foi necessário trabalhar com vários parceiros logísticos cuja sinergia assegurou o sucesso desta operação”.

Detalhou ainda que foi possível descarregar a carga



Divulgação

A carga veio pelo navio Garnett, oriundo do porto ucraniano de Yuzhny, transportando a bordo 33 mil toneladas de cereais

diretamente do navio para os caminhões, “com imediato enca-

minhamento aos clientes finais, evitando dessa forma os

custos logísticos com armazéns intermédias”.

OPINIÃO

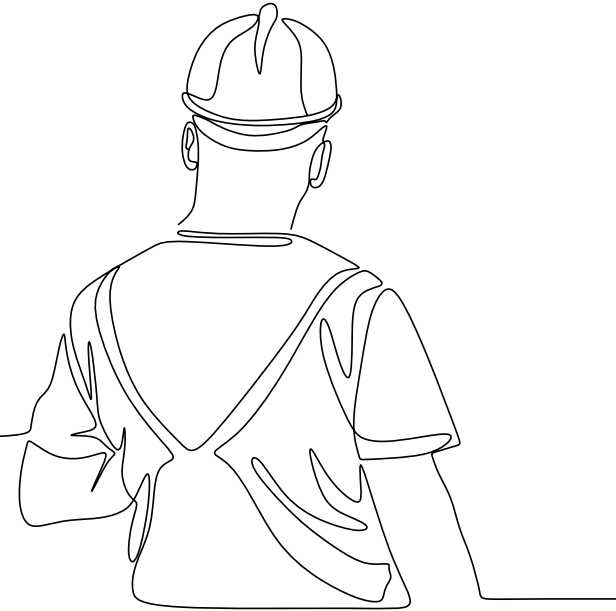
**GISLAÏNE HEREDIA**

Sócia do Escritório Heredia Advogados e Assessora Jurídica do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp)
opinio@portalbenews.com.br



► DIREITO

A eterna questão do treinamento do trabalhador portuário



Em uma primeira impressão, o título acima pode gerar uma conotação de que o treinamento do trabalhador portuário é um problema, quando não deveria ser. O treinamento existe para qualificação profissional e desenvolvimento adequado pessoal e das atividades, o que só pode ser benéfico para todas as cadeias do setor portuário, inclusive para o próprio trabalhador, que, constantemente treinado, apresentará bons resultados que refletirão no seu desenvolvimento profissional.

No caso da operação portuária, o busílis está no direcionamento dos investimentos em treinamento dos trabalhadores portuários realizados por operadores portuários, que atualmente é destinado ao FDEPM – Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo. Todos os operadores portuários têm a obrigação legal de recolher mensalmente o valor equivalente a 2,5% da remuneração da mão de obra que for utilizada, o que quer dizer que sobre a remuneração de todos os trabalhadores contratados, sejam trabalhadores avulsos ou vinculados, deve incidir tal percentual, tendo como contrapartida o treinamento de trabalhadores do setor pela Marinha.

A contribuição destinada ao FDEPM equivale à contribuição de 1% recolhida ao Senai (art. 1º do DL 6.246) pelas empresas de navegação e portuárias e à contribuição de 1,5% devida ao Sesi e ao Sesc (art. 23 da Lei 5.107/66), totalizando, assim, os 2,5% (dois e meio por cento) destinados ao fundo, conforme art. 1º, da Lei n.º 5.461/68. Esse fator gerou o entendimento que a contribuição destinada ao FDEPM (Decreto-lei nº 828/1969) surgiu como uma contribuição equivalente às contribuições devidas ao Senai, Sesi e Sesc.

O fato é que apesar da expressiva contribuição realizada por empresas, a Marinha não disponibiliza os cursos destinados aos portuários (em especial, aos trabalhadores em operação portuária) de forma atualizada e que possa atender às demandas tanto de trabalhadores vinculados como de avulsos. A solução encontrada foi o repasse de valores pela Marinha (por meio da DPC – Diretoria de Portos e Costas) ao Ogmo (Órgão Gestor de Mão de Obra), para o treinamento de trabalhadores portuários avulsos. Não obstante, é unânime o discurso dos diversos Ogmos espalhados pelos portos do Brasil que o valor repassado é ínfimo, sem qualquer condição de atender às necessidades de treinamento dos trabalhadores avulsos.

Em se tratando de trabalhador avulso, a consequência é que, na falta do Ogmo e na necessidade de atender aos requisitos legais, os treinamentos normalmente são custeados - mais uma vez - pelos mesmos operadores portuários que já recolhem todos os meses 2,5% sobre a remuneração paga.

Não se trata de bitributação nem “bis in idem”, pelo teor de seus conceitos, mas, ao final, o operador portuário acaba por custear duas vezes o treinamento de trabalhadores e, consequentemente, onera a cadeia operacional.

No caso dos vinculados, incontestável que os operadores portuários também teriam direito ao repasse dessas verbas pela Marinha. Entretanto, não há registros de que tal possibilidade tenha avançado, já que pela Norman 32, os recursos financeiros para os portuários podem ser repassados ao Ogmo ou entidades Extra-MB (empresas não ligadas à Marinha do Brasil, mas certificadas para ministrar o ensino portuário).

No item 7 da Normam 32, consta que a entidade “extra-MB” que queira se credenciar no DPC, precisa reunir várias condições - educacionais e pedagógicas - podendo ainda ter que se submeter à licitação para contratar com a administração pública, características que não nos parece ser de empresas de operação portuária.

Ocorre que os recursos do FDEPM são destinados às aplicações previstas no Decreto 968/93 (art. 3º) – algumas inclusive específicas da Marinha, sem qualquer relação com a iniciativa privada. Além do mais, por se tratar de contribuição, até 30% do fundo pode ser utilizado para fins diversos (art. 76 ADCT), a chamada desvinculação das receitas da União (DRU). Apesar de tais incongruências, no Judiciário, o recolhimento tem sido considerado legal, sem caracterizar eventual desvio de finalidade, dados os dispositivos legais que o amparam, ainda que de forma inadequada.

O treinamento pode e deve ser uma constante ao longo da carreira de qualquer trabalhador, o que deve ser objeto de dedicação e empenho pelo empregador.

No entanto, a questão posta e para o qual se faz o alerta é que as empresas responsáveis por recolher a contribuição ao FDEPM, em razão de não haver verba suficiente para fazer frente às necessidades do setor, acaba por custear diretamente os treinamentos, fazendo com que a contribuição não atinja seu objetivo social.

O judiciário vem debatendo algumas possibilidades, como, por exemplo, a limitação da base de cálculo, que hoje considera a totalidade da folha e da remuneração do avulso.

Apesar dos esforços do setor, qualquer embate judicial não elide a necessidade de repensar a efetividade da legislação que trata do custeio do trabalho portuário, embasando os estudos de maneira que seja possível atender às necessidades de trabalhadores e categorias econômicas com custos compatíveis suportados diretamente pelas empresas, sem o recolhimento da contribuição apontada.

O FATO É QUE APESAR DA EXPRESSIVA CONTRIBUIÇÃO REALIZADA POR EMPRESAS, A MARINHA NÃO DISPONIBILIZA OS CURSOS DESTINADOS AOS PORTUÁRIOS (EM ESPECIAL, AOS TRABALHADORES EM OPERAÇÃO PORTUÁRIA) DE FORMA ATUALIZADA E QUE POSSA ATENDER ÀS DEMANDAS TANTO DE TRABALHADORES VINCULADOS COMO DE AVULSOS.